



Justiça Militar

Estado do Rio Grande do Sul

OUVIDORIA

RELATÓRIO ANUAL

Período janeiro a
Dezembro 2024

Relatório sobre

- ✓ Ouvidoria Geral
- ✓ Ouvidoria da Mulher
- ✓ Lei de Acesso a Informação



CONTATO



www.tjmrs.jus.br



Av. Praia de Belas, 799 - Praia de
Belas, Porto Alegre - RS, 90110-001

A Justiça Militar do RS

TJMRS

- Desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva- **Presidente**
- Desembargador Militar Sergio Antonio Berni de Brum - **Vice-presidente**
- Desembargador Militar Rodrigo Mohr Piccon - **Corregedor-Geral**
- Desembargador Militar Fábio Duarte Fernandes
- Desembargador Militar Amilcar Fagundes Freitas Macedo
- Desembargador Militar Paulo Roberto Mendes Rodrigues
- Desembargadora Militar Gabriela John dos Santos Lopes
- Juíza Auxiliar da Presidência Dra. Viviane de Freitas Pereira

1ª Auditoria de Porto Alegre

Juiz de Direito Dr. Francisco José de Moura Muller

Juíza de Direito Substituta Dra. Karina Dibi Kruehl do Nascimento

2ª Auditoria de Porto Alegre

Juíza de Direito Juíza de Direito Substituta Dra. Dione Dorneles Silva

3ª Auditoria - Santa Maria

Juíza de Direito Dra. Eliane Almeida Soares

4ª Auditoria - Passo Fundo

Juíza de Direito Dra. Mariluce Dias Bandeira

Ouvidor-Geral

Desembargador Militar - Amilcar Fagundes Freitas (2024-2025)

Ouvidora da Mulher

Juíza de Direito Dra. Mariluce Dias Bandeira

Apresentação

A ouvidoria da JME trata-se de um canal permanente de comunicação entre a JME e a sociedade, usuários, visando a dar maior efetividade ao princípio da eficiência do serviço público, previsto no artigo 37 da Constituição Federal. A Ouvidoria não possui atribuição e competência correccional, investigativa e punitiva, tampouco se confunde como órgão de apoio ao trabalho próprio da Brigada Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Advocacia, Defensoria Pública, Ministério Público e Magistratura.

Breve Histórico

A ouvidoria da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul foi instituída pela Resolução TJM/RS nº 065/2009, com a finalidade de receber sugestões, críticas e reclamações dos jurisdicionados, advogados, servidores e cidadãos, acerca das atividades jurisdicionais e administrativas prestadas pela Justiça Militar, buscando a eficiência na prestação jurisdicional e a excelência na gestão administrativa. A função de ouvidor era exercida pelo Corregedor-Geral da JME, que cumulava as funções.

Recentemente, a ouvidoria inaugurou uma nova e importante fase, adequando-se ao disposto na Resolução nº 432/2021, do CNJ, constituindo-se, agora, em órgão autônomo, integrante da alta administração desta Corte e essencial à administração da Justiça.

Em virtude da nova resolução do CNJ, o Ouvidor dos tribunais e seu substituto serão eleitos pelo Pleno, permitida a reeleição e fica vedada a acumulação com cargos.

Assim, de forma célere e proativa, o tribunal, na última eleição da administração no dia 06/12/2023, elegeu o Ouvidor e Ouvidor Substituto para um mandato de 02 (dois) anos, de forma destacada da corregedoria, e publicou a Portaria TJM/RS nº 119/2024, contemplando importantes medidas, destacando-se a instituição da Ouvidoria da Mulher, que tem autonomia para atuação em defesa dos interesses das mulheres vítimas de violência e de outras situações.

Atualmente, a Ouvidoria encontra-se situada no andar térreo do tribunal e conta com o apoio dos servidores lotados nos gabinetes dos Desembargadores Militares eleitos para a função de Ouvidor e Ouvidor Substituto e do gabinete da Desembargadora Militar, Ouvidora da Mulher.



Sumário

05

Finalidade da
Ouvidoria

06

Competências

07

Relatório
Ouvidoria

10

Relatório Ouvidoria
da Mulher

12

Relatório Lei de
Acesso a Informação

Finalidade da Ouvidoria

A ouvidoria da JME trata-se de um canal permanentes de comunicação entre a JME e a sociedade, usuários, visando a dar maior efetividade ao princípio da eficiência do serviço público, previsto no artigo 37 da Constituição Federal. A Ouvidoria não possui atribuição e competência correccional, investigativa e punitiva, tampouco se confunde como órgão de apoio ao trabalho próprio da Brigada Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Advocacia, Defensoria Pública, Ministério Público e Magistratura. Entre outras atribuições, cabe à ouvidoria (art. 3º da Resolução TJM/RS nº 275/2022):

- I - funcionar como espaço de participação social, colaborando com a efetivação do estado democrático de direito;
- II - viabilizar o exercício dos direitos de cidadania e fomentar a participação social, auxiliando na transparência institucional e na promoção da qualidade do serviço público;
- III - promover a efetividade dos direitos humanos ao ouvir, reconhecer e qualificar as manifestações apresentadas pelos cidadãos;
- IV - atuar na defesa da ética, da transparência e da eficiência da prestação do serviço público;
- V - estimular a conscientização dos usuários sobre o direito de receber um serviço público de qualidade e atuar na busca de soluções para os problemas apresentados;
- VI - propor a adoção de medidas para a defesa dos direitos do usuário, em observância à legislação pertinente;
- VII - receber, analisar e encaminhar às autoridades competentes as manifestações, acompanhando o tratamento até a sua efetiva conclusão perante o órgão;
- VIII - promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o tribunal, atuando no sentido de construir soluções pacíficas, sem prejuízo de outros órgãos competentes; e
- IX – contribuir para o Planejamento Estratégico da Justiça Militar Estadual e para a formulação de políticas relacionadas ao desenvolvimento das atividades constantes da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Competências

Compete à ouvidoria (art. 4º da Resolução TJM/RS. 275/2022):

- I - receber manifestações, diligenciar perante os setores administrativos competentes e prestar informações e esclarecimentos sobre atos, programas e projetos da corte;
- II - receber informações, sugestões, reclamações, denúncias e elogios sobre as atividades da justiça militar e encaminhar tais manifestações aos setores competentes, mantendo o interessado sempre informado sobre as providências adotadas;
- III - promover a tramitação das reclamações acerca de deficiências na prestação dos serviços, abusos e erros cometidos por servidores, magistrados, colaboradores e/ou terceiros;
- IV - promover a interação com os órgãos que integram a justiça militar visando ao atendimento das demandas recebidas e ao aperfeiçoamento dos serviços prestados;
- V - funcionar como instrumento de aprimoramento da gestão pública, por meio do encaminhamento aos demais órgãos e unidades administrativas da justiça militar de sugestões e propostas tendentes ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, com base nas manifestações recebidas;
- VI - aferir a satisfação dos usuários com os serviços prestados pela ouvidoria;
- VII - apresentar e dar publicidade aos dados estatísticos acerca das manifestações recebidas e providências adotadas; e
- VIII - encaminhar anualmente ao pleno relatório das atividades desenvolvidas pela ouvidoria.

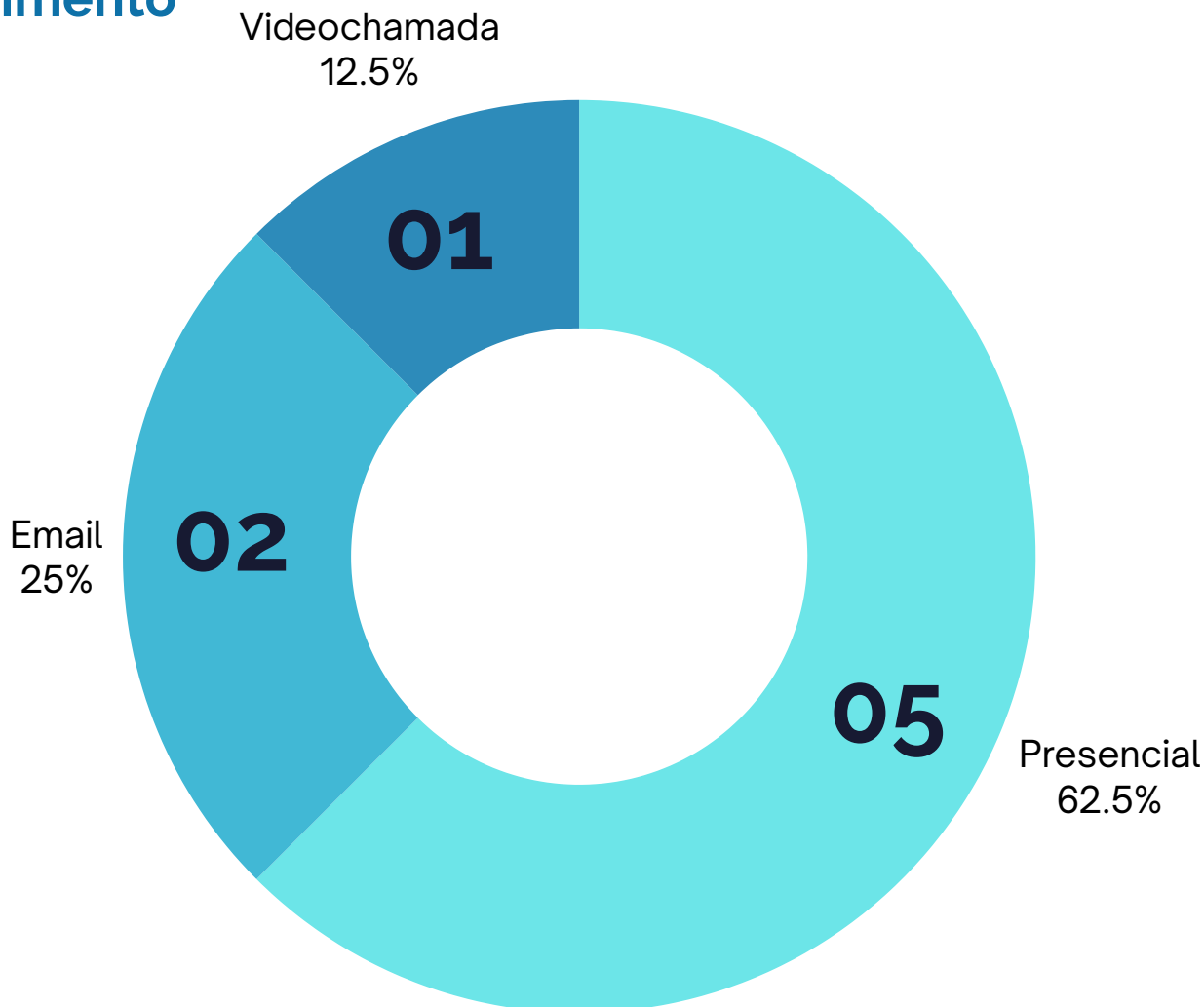


Relatório Ouvidoria

No ano de 2024, a Ouvidoria Geral da Justiça Militar do RS recebeu um total de **08 denúncias**, sendo **todas atendidas** e encaminhadas para os órgãos responsáveis

Causa da denúncia	Quantidade	Atendimento
Abuso de autoridade	07	Todas atendidas
Interesse próprio do cidadão	01	Atendida

Formas de Recebimento



Relatório Ouvidoria

Detalhamento

Denuncia 1 26/07/2024 Presencial

Enviado para a Corregedoria da Brigada Militar em 26/7/24. Resposta: os fatos foram registrados no Boletim de Ocorrência Policial Militar (BOPM) nº 068839.05.7731.2024, estando sob apuração na Sindicância Policial Militar nº 039249.02.0471.2024, no âmbito do CRPO-Litoral/8º BPM.

Denuncia 2 02/08/2024 Presencial

Enviado para a Corregedoria da Brigada Militar em 2/8/24. Resposta: sobre os fatos relatados, foi registrado o Boletim de Ocorrência Policial Militar nº 069476.05.7701.2024.

Denuncia 3 10/09/2024 E-mail

Enviado para a Corregedoria da Brigada Militar em 10/9/24. Resposta: sobre os fatos relatados, foi registrado o Boletim de Ocorrência Policial Militar nº 071418.05.5532.

Denuncia 4 19/09/2024 Presencial

Enviado para a Corregedoria da Brigada Militar em 19/9/24. Resposta: os fatos foram registrados no Boletim de Ocorrência Policial Militar nº 053367.05.7731.2023 e instaurada a Sindicância Policial Militar de Portaria nº 034781.02.5531.2024.

Denúncia 5 06/10/2024 E-mail

Enviado para o Comandante-Geral da Brigada Militar em 8/10/24 (conteúdo de interesse próprio do cidadão, haja vista o assunto não ser da competência desta Corte de Justiça Militar).

Denúncia 6 01/10/2024 Presencial

Enviado para Corregedoria da Brigada Militar em 9/10/24 e para a Polícia Civil em 9/10/24. Resposta da BM: sobre os fatos relatados, foi registrado o Boletim de Ocorrência Policial Militar nº 073072.05.7701.2024. Resposta da PC: Diretor da DPRPA, encaminhe-se à 16ªDP/DPRPA para conhecimento e atendimento, face a circunscrição.

Denúncia 7 08/11/2024 Videochamada

Enviado para a Corregedoria da Brigada Militar em 11/11/24. Resposta: os fatos foram registrados no BOPM nº 075063.05.5532.2024, restando apurados junto ao Inquérito Policial Militar de Portaria nº 041137.01.7990.2024, tombado no E-Proc desse Egrégio Tribunal de Justiça Militar sob nº 00700295520259210002.

Denúncia 8 13/12/2024 Presencial

Enviado para a Corregedoria do Corpo de Bombeiros Militar em 19/12/24. Resposta: foi instaurada Sindicância no âmbito do 1º Comando Regional de Bombeiros Militar.

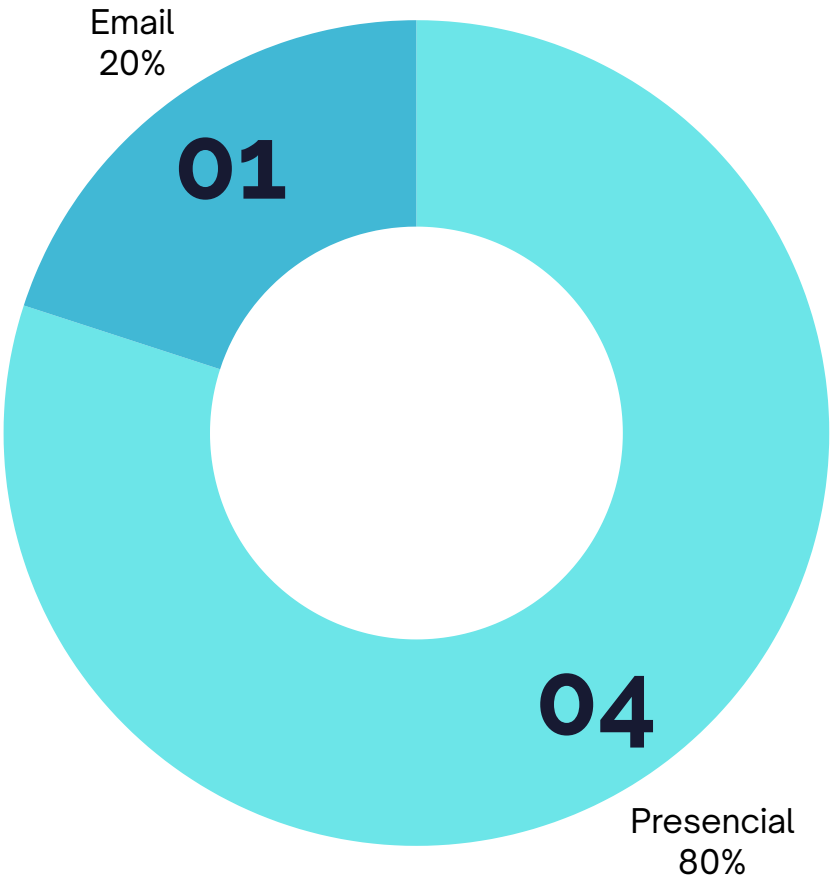


Relatório Ouvidoria da Mulher

Conforme Portaria nº 119/2024 – foi designada a Juíza de Direito Mariluce Dias Bandeira, para exercer a função de Ouvidora da Mulher da JMERS, biênio 2024/2025.

Causa da denúncia	Quantidade	Atendimento
Assédio Moral contra Militar Estadual	02	Todas atendidas
Reclamações	02	Todas Atendidas
Informações	01	Atendida

Formas de Recebimento



Principais eventos

<https://www.tjmrs.jus.br/noticia/presidente-maria-moura-participa-de-reuniao-preparatoria-ao-3-encontro-do-colegio-de-ouvidoras-judiciais-das-mulheres-06-03-2024>

Presidente Maria Moura participa de reunião preparatória ao 3º Encontro do Colégio de Ouvidoras Judiciais das Mulheres

Postada em 06/03/2024 Categoria: Institucional

<https://www.tjmrs.jus.br/noticia/16-de-marco---dia-do-ouvidor-e-da-ouvidora-16-03-2024>

16 de março - Dia do Ouvidor e da Ouvidora

Postada em 18/03/2024 Categoria: Institucional

<https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-apresenta-agenda-de-acoes-no-mes-de-enfrentamento-ao-assedio-26-04-2024>

TJMRS apresenta agenda de ações no mês de enfrentamento ao assédio

Postada em 26/04/2024 Categoria: Blog do Basta!

<https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-realiza-palestra-ciclos-e-circulos-a-nao-violencia-em-favor-da-mulher-15-08-2024>

TJMRS realiza palestra Ciclos e Círculos: a não-violência em favor da mulher

Postada em 15/08/2024 Categoria: Institucional



Relatório Lei de Acesso a Informação

Relatório Estatístico anual do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, conforme a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências, e artigo 41,III, da Resolução CNJ nº 215/2015.

01- Quanto ao Grau de sigilo

Não foi classificado nenhum documento em grau de sigilo

02- Quanto aos pedidos

Relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como as informações genéricas sobre os solicitantes.



Pedidos recebidos

13



Pedidos indeferidos

0



Pedidos Deferidos

13

Mês	Pedidos Recebidos	Pedidos atendidos	Pedidos indeferidos
Janeiro	0	0	0
Fevereiro	1	1	0
Março	2	2	0
Abril	0	0	0
Maio	0	0	0
Junho	0	0	0
Julho	10	10	0
Agosto	0	0	0
Setembro	0	0	0
Outubro	0	0	0
Novembro	0	0	0
Dezembro	0	0	0
Total	13	13	0

03- Detalhamento dos pedidos

Informações genéricas sobre os solicitantes no ano de 2024

Data	Nome Abreviado	Solicitação	Sexo	Ocupação	Situação
24/07/2024	R. H. L. R.	Pesquisa acadêmica para Mestrado. Implantação da política pública de preservação digital, gestão documental e memória nos Tribunais Brasileiros.	Masculino	Servidor público	Atendido
04/07/2024	N. B. de F.	Pedido para o TJMRS referente a acervo processual da primeira instância da justiça Militar de Santa Maria de janeiro de 2019 a dezembro de 2023	Feminino	Jornalista	Atendido
04/07/2024	N. B. de F.	Pedido para o TJMRS referente solicitação de dados da Auditoria da Justiça Militar de Passo Fundo	Feminino	Jornalista	Atendido
04/07/2024	N. B. de F.	Pedido para o TJMRS referente solicitação de dados da Auditoria da Justiça Militar 2º Auditoria	Feminino	Jornalista	Atendido
04/07/2024	N. B. de F.	Pedido para o TJMRS referente a solicitação de dados da Auditoria da Justiça Militar da 1º Auditoria	Feminino	Jornalista	Atendido
04/07/2024	N. B. de F.	Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul as seguintes informações organizadas por mês e ano, do período entre janeiro de 2019 e dezembro de 2023:	Feminino	Jornalista	Atendido
04/07/2024	N. B. de F.	Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul as informações quanto à aplicação da Lei Nº 9.099/95 na 1ª Instância , organizadas da seguinte maneira: Quantificadas por mês e ano; Compreendendo o período entre janeiro de 2019 a dezembro de 2023	Feminino	Jornalista	Atendido
04/07/2024	A. I. M. A. D.	Solicitação de dados Auditoria da Justiça Militar de Santa Maria organizadas por mês e ano, do período entre janeiro de 2019 e dezembro de 2023: - Número total de denúncias recebidas; - Número de denúncias recebidas por assunto; - Número total de denúncias rejeitadas; - Número de denúncias rejeitadas por assunto; - Nome do servidor responsável pela demanda e seu contato profissional.	Feminino	Jornalista	Atendido
04/07/2024	A. I. M. A. D.	Solicitação de dados Auditoria da Justiça Militar de Passo Fundo	Feminino	Jornalista	Atendido
04/07/2024	A. I. M. A. D.	Solicitação de dados 2º Auditoria	Feminino	Jornalista	Atendido
04/07/2024	A. I. M. A. D.	Solicitação 1º Auditoria	Feminino	Jornalista	Atendido
23/06/2024 13/03/2024	J. H. G. da S.	Ações penais por crimes dos Capítulos I e II do Título IV do Livro I da Parte Especial do Código Penal Militar. - pesquisa acadêmica	Masculino	Estudante	Atendido
01/02/2024	W. L. de H. C. C.	Informações sobre Concurso público.	Feminino	Estudante	Atendido

04 - Pedidos desclassificados

Foram 635 pedidos eram mensagens automatizadas (robôs de spam), e repetitivas, por esse motivo foram desclassificadas. O sistema foi readequado para não mais gerar esse tipo de mensagem.

05 - Ações desenvolvidas

Descrição das ações desenvolvidas para a concretização do direito constitucional de acesso à informação.

05.1- Notícias e informações

- [Descrição das ações desenvolvidas para a concretização do direito constitucional de acesso à informação.](#)
- <https://www.tjmrs.jus.br/abrePDFtransparencia.php?id=256EB301-742E-9644-B757-A6D19C530237>

05.2- Quadro de ações realizadas

AÇÃO	EXECUÇÃO	PROVIDÊNCIA
Verificar o índice de omissões ou atrasos a pedido de informação quando delegadas	Dezembro de 2024	Verificado que todas as solicitações foram respondidas no prazo de lei.
Realização de palestra sobre a importância da LAI externo e interno (capacitação) e palestra sobre “refletindo sobre informações pessoais”	Outubro de 2024	https://www.tjmrs.jus.br/noticia/hotsit-e-da-campanha-conheca-a-justica-militar-estadual-03-09-2024 Houve campanhas similares sobre a informação No início do mês de julho, o Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul lançou a campanha “Conheça a Justiça Militar Estadual! Conheça, Como Funciona, O que julga e O que acontece com um militar condenado na justiça militar.
Avaliação de aspectos formais das respostas a pedidos de acesso a informação. No que tange sobre orientações de possibilidade de recursos e linguagem adotada na elaboração da resposta na forma de questionário na intranet ou site	Dezembro 2024	O TJMRS assinou o Pacto de linguagem Simples com o CNJ. Como boas práticas estamos utilizando a linguagem simples
Divulgação dos resultados de avaliação do SIC - notícia	Dezembro 2024	Não foi efetuado



Justiça Militar

Estado do Rio Grande do Sul